

O Brasil visto da *Globo*

Como diriam Bonner e Fátima: sem sangue, *limpo*, sem rupturas



Reprodução

Não é que a *Rede Globo* impede o avanço da cultura política brasileira. Ela tenta: em 1984, tentou impedir que os brasileiros tomassem conhecimento de

que estava em curso uma grande campanha popular por eleições livres e diretas, noticiando o grande comício na Praça da Sé que lançou o movimento como se fosse a festa do aniversário da cidade de São Paulo; em 1989, manipulou o debate entre Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva, às vésperas da eleição presidencial, para impedir que o metalúrgico derrotasse o *caçador de marajás* e chegasse à presidência da República. Mas a força dos fatos é maior que a da *Globo*: a campanha das diretas saiu; Lula foi eleito presidente da República.

O problema é que a *Globo* contribui para atrasar o desenvolvimento da cultura política brasileira: se as eleições presidenciais diretas tivessem sido obtidas no bojo do grande movimento de massas de 1984; se Lula tivesse sido eleito presidente em 1989, quando era um líder vinculado à mobilização da classe operária e de seus aliados, outra teria sido a história recente do país. Através do *Jornal Nacional*, o principal veículo de informação do país, todos os dias a *Globo* edita o que considera as principais notícias do Brasil e do Mundo com uma orientação política que pode não ser tão explícita como a dos dois episódios citados, mas é sempre conservadora. Como disse William Bonner, apresentador e editor-chefe do *JN* (na foto, com Fátima Bernardes): "Somos vistos por famílias inteiras, e eu estaria tirando o telespectador se exibisse imagens capazes de chocar seus filhos". Na frase, Bonner falava à revista *Veja* sobre a necessidade de mostrar a violência de forma *limpa* – "sem sangue, sem tiros, sem pancadaria". Mas sua avaliação vale também para definir o conservadorismo do *JN* de maneira mais geral: ele é contra todo e qualquer tipo de ruptura política; é um esteio na defesa do *status quo*, tanto a nível nacional quanto a nível local, das dezenas de acordos políticos feitos pelos Marinho com as oligarquias regionais que comandam em geral suas famosas *afiliadas*.

A *Globo* lançou há pouco um manifesto em defesa da produção nacional do audiovisual. Mas hoje se diz ameaçada pelo governo Lula, a quem ela entregou o documento. José Roberto Marinho, vice-presidente das *Organizações Globo*, disse numa espécie de brado de alerta que o projeto do governo para a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual é uma ameaça de morte aos principais produtos da empresa. "Está ameaçada a novela das oito"; "está

ameaçado o telejornalismo de qualidade", diz Marinho, como que conclamando o povo a defender os dois programas de maior audiência do país.

Marinho repete em seu artigo uma espécie de conto de fadas sobre o sucesso da empresa. Deixa de lado a grande articulação conservadora que sempre a sustentou e o apoio que ela sempre deu a todos os governos, para sugerir que o êxito das *Organizações Globo* é decorrente da genialidade empresarial de seu pai, Roberto. Ele promoveu a "união na diversidade" com seus acertos regionais. E com o seu "respeito pelo que é brasileiro" conseguiu "um índice de produção e exibição de produtos nacionais que só se encontra nas TVs americanas". Curiosamente, um dos pontos centrais da luta da *Globo* contra o projeto da regulamentação do audiovisual é o fato de o governo exigir que as tevês nacionais tenham produção regional. Um dos dirigentes da *Globo* chega a dizer que essa exigência fere "o princípio constitucional que assegura a liberdade de criação e *programação*" (o itálico é nosso).

Desenvolvimento neoliberal Marinho não toca no problema em seu apelo, mas o fato é que a *Globo quebrou* por acreditar no desenvolvimento apoiado na dívida externa, como os governos neoliberais que apoiou. A *Globo* é a garantidora da *Globopar*, que deve US\$ 1,9 bilhão, por conta do empreendimento de tevê a cabo que seria lucrativo com 10 milhões de assinantes, mas não tem sequer 1,5 milhão. A *Globo* apostou nas fantasias do esporte globalizado e monopolizou os direitos da Copa do Mundo por US\$ 240 milhões de dólares. A *Globo* passou a monopolizar os excelentes artistas que tem pagando-os para não trabalhar em outras empresas.

Hoje, a *Globo* se levanta contra a cobrança de impostos como se fosse uma censura. Um detalhe: o governo quer cobrar de filmes tipo *Shrek* e *Homem Aranha*, que entram no país com mais de 200 cópias, R\$ 600 mil. Hoje, esses filmes pagam R\$ 3 mil, o mesmo que qualquer outro filme, mesmo que de uma cópia apenas. Quanto custam um *Shrek*, um *Homem Aranha*? Aproximadamente 100 milhões de dólares em produção e 30 milhões de dólares em marketing, para empresas globais como a *Time Warner*. Por que o grupo Marinho não quer taxar a grande indústria cinematográfica estrangeira? Porque vê o seu desenvolvimento associado a essas grandes empresas. A *Globo* não quer, por exemplo, que a nova agência do audiovisual possa ser usada para discutir o seu acordo com os mexicanos da Telmex. Estes estão colocando US\$ 150 milhões de dólares na empresa, na esperança de que a legislação brasileira venha a ser mais aberta, para facilitar a sua entrada no país e suas pretensões de controle. É isso o que parece estar no centro das preocupações da *Globo*. ■

CPI

A evasão transfigurada

Fuga de dólares, não, diz o BC: *transferência internacional de reais*



Recentemente, a justiça mandou dar uma busca na casa de Reynaldo de Barros, que foi secretário de Paulo Maluf e é suspeito,

junto com seu ex-chefe, de participar de um esquema de evasão de umas poucas centenas de milhões de dólares do país. O quarto do ex-secretário foi vasculhado por policiais (na foto) e não se achou nada. Por que Reynaldo e Maluf são inocentes? Não se sabe. O dinheiro é um mistério. Veja-se, por exemplo, o que diz o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, Alexandre Schwartzman. Em resposta à *CPI da evasão de divisas* que mostrou que, de 412 mil operações suspeitas nas chamadas *Contas CC5* apenas 22 mil tinham a conta e o banco do destinatário, ele escreveu um longo arrazoado no jornal *Valor* no qual prova por *a* mais *b* que o BC tem um registro mais que cuidadoso dessa movimentação de dinheiro. E que as citadas contas não são propriamente remessas de dólares do país para o exterior, mas sim *transferências internacionais de reais*. Mas, afinal, o leigo poderia perguntar: transferir reais para o exterior, não é o mesmo que mandar dólares para fora do país?

Contas CC5 Schwartzman diz que não. Afirma que a conclusão da CPI está errada porque os termos estão errados: para ele, o que se discute é o mecanismo do BC cujo nome correto é *Transferência Internacional de Reais (TIR)*, "indevidamente denominado *contas CC5*". Ele não diz claramente mas sugere que não são operações voltadas, basicamente, para o envio de moeda estrangeira ao exterior. O nome correto – *TIR*, diz ele –, não é mero acaso: "em sua essência, a operação consiste no depósito em *moeda nacional* em contas de não residentes mantidas em bancos locais". E acrescenta: "Daí a denominação internacional, pois a transação ocorre com não residentes, e *em reais*, porque se opera *através da moeda doméstica*" (os grifos são nossos).

A rigor, Schwartzman defende a tradição do BC de mexer nas regras cambiais através do dicionário e não das leis. A partir de 1988, o banco criou facilidades sem paralelo na história brasileira para a movimentação de divisas, passando por cima da lei 4131, de 1962, que estabelece um rígido controle sobre o movimento de capitais. Uma das justificativas dessa política foi dar facilidades para que o dinheiro evadido clandestinamente nas décadas anteriores pudesse voltar ao país sem amolações da polícia ou do fisco. E

uma dessas facilidades foi permitir que eles regressem aos paraísos fiscais quando quiserem.

Nada disso, no entanto, é dito de modo claro. As cartas circulares, normas e portarias do BC que alteraram o sentido da lei 4131 são obras primas da dissimulação. O documento que trata das *CC5* é um exemplo desse tipo de literatura. *CC5* – Carta Circular número 5 – é um nome de 1969, de trinta e cinco anos atrás; portanto, da época em que praticamente não existia dinheiro eletrônico. A *CC5* dizia que podia ser convertido livremente em moeda estrangeira para envio ao exterior exclusivamente o que tivesse entrado efetivamente no país em moeda estrangeira. *Tudo o mais* precisaria de autorização. Em 1992, com um jogo de palavras – basicamente dizendo que autorizava *tudo o mais* – o BC transformou as *CC5* em contas absolutamente permissivas. Em 1996, na época em que Gustavo Franco estava no lugar hoje ocupado por Schwartzman foi criada a expressão *Transferência Internacional de Reais*. Na concepção de Franco e Schwartzman as *TIRs* ajudam a irrigar o mercado paralelo de dólares e a derrubar o ágio. O ágio caiu de fato. Não só graças à ação do BC mas também da polícia. Mas as *CC5-TIRs*, que substituíram o mercado ilegal, se tornaram, de fato, um instrumento ainda mais poderoso de drenagem de dinheiro para fora do país.

Esse o furo essencial da argumentação de Schwartzman. Ele procura dar exemplos que mostrem que as *TIRs* podem transferir dinheiro em sentido inverso, do exterior para o país, de dólares para reais: "um não residente pode constituir disponibilidades no Brasil, ordenando uma instituição financeira do exterior a transferir reais para sua conta corrente". "Mesmo no caso da constituição de disponibilidades no exterior" – caso de brasileiros que queiram deixar seus reais transformados em dólar lá fora -, diz ele ainda, pode não haver necessidade de remessa de moeda estrangeira, "pois há os que trazem e os que enviam recursos", e o banco só precisa acertar a diferença. Por fim, diz que o fato de só haver o registro do campo *banco* e *conta do destinatário* em apenas cerca de 5% das contas, se deve ao fato de que esse tipo de registro de fato é necessário apenas nessas, que são as remessas para o exterior a título de *disponibilidades externas*. Para todas as 95% outras, ele diz, "a transação se encerra com um depósito na conta de um não residente".

Tudo bem. Mas o fato é que entre janeiro de 1989 e dezembro de 2003, entraram por essas contas US\$ 131,2 bilhões e saíram US\$ 259,59 bilhões – em termos líquidos o país perdeu US\$ 128,38 bilhões. Ou seja, se o país já tinha no exterior cerca de 60 bilhões de dólares evadidos clandestinamente no início dos anos 90, agora ele tem mais do que o dobro dessa quantia. ■

Campeão não confiável

Chavez ganha sua oitava eleição e ainda não agrada aos EUA



Reprodução

Hugo Chávez, o presidente venezuelano, ganhou sua oitava eleição. Desta vez, uma eleição sem igual: um referendo no qual ele foi confirmado no poder. Nenhum outro país tem em sua Constituição coisa igual: permitir que um presidente da República seja afastado do poder por meio de votação popular. A novidade foi introduzida na Constituição pelo próprio Chávez.

Enquanto no parlamentarismo é possível resolver crises políticas por meio da convocação de eleições, e assim mudar o governo, no presidencialismo típico usualmente a substituição do chefe de Estado se dá por renúncia, *impeachment* ou por meios violentos. Aliás, a oposição já havia tentado derrubar Chavez através do golpe tradicional: em abril de 2002, um levante de militares e civis tentou afastá-lo do poder e fracassou.

Chávez foi eleito presidente pela primeira vez em 1998. Em 2000, submeteu-se a outra eleição presidencial e obteve o mandato atual, de seis anos. Seu bloco político ganhou também a eleição para a Constituinte; o referendo da nova Constituição; as eleições parlamentares; as de governador; e as de prefeito. No referendo de meados de agosto Chávez teve mais votos, em termos percentuais e absolutos, do que teve quando se elegeu presidente pela primeira vez: 4,99 milhões de votos agora, contra 3,7 milhões em 1998; 59% dos votos agora, contra 57% seis anos atrás.

Mesmo sendo campeão das urnas, Chávez é acusado de ser autoritário e ditatorial. As reformas postas em prática por ele, especialmente a partir de seu segundo mandato, que beneficiaram os setores mais pobres da população, desagradaram profundamente à elite econômica do país. O fato de a Venezuela atravessar uma profunda crise – em 2002 e 2003 o PIB encolheu cerca de 8% ao ano – contribuiu para reforçar seus adversários. Nos Estados Unidos está uma das principais bases de oposição a Chávez. A organização National Endowment for Democracy (NED), baseada em Washington, alimenta financeiramente diversas entidades venezuelanas de oposição. Segundo o *The New York Times*, a NED “canalizou mais de US\$ 877 mil para os grupos opositoristas venezuelanos” nos meses que antecederam a tentativa do golpe de 2002. Mais recentemente, a entidade enviou pelo menos US\$ 50 mil para a Sumato, entidade opositorista responsável por grande parte do apoio logístico para a coleta dos mais de dois milhões de assinaturas necessárias para a convocação do referendo para tentar afastar o presidente venezuelano. A NED, nascida em 1983, se define como “privada, sem

fins lucrativos”. Mas funciona como uma espécie de mão invisível do EUA: grande parte de sua verba sai do Departamento de Estado. Entre seus filiados estão institutos dos partidos Republicano e Democrata. Há registros de sua atuação em favor de grupos de oposição na América Central e no Leste Europeu. Como na denúncia feita por William Blum, autor do livro *Rogue States*, segundo a qual a NED teve “importante papel” no caso Irã-Contras nos anos 1980, que resultou na desestabilização do regime revolucionário da Nicarágua. A organização também teria contribuído para a comunidade de exilados cubanos na Flórida: de seus cofres saíram US\$ 250 mil entre 1990 e 1992 para a organização de extrema-direita Fundação Nacional Cubano-Americana.

Reservas de petróleo Qual o interesse dos EUA na Venezuela? Não é o de promover eleições livres e limpas. O ex-presidente americano Jimmy Carter disse que o referendo venezuelano foi mais limpo do que as eleições na Flórida que definiram o pleito de 2000 a favor de George W. Bush. Os EUA apóiam regimes como a da Arábia Saudita e do Paquistão – perto dos quais o comandado por Chávez é um paraíso democrático.

A Venezuela interessa aos EUA porque o país é dono de uma das maiores reservas de petróleo fora do Oriente Médio e é o quarto maior fornecedor dos EUA. A destituição de Saddam Hussein e a ocupação do Iraque, não por acaso o país que disputa com a Arábia Saudita o primeiro lugar no *ranking* das reservas de petróleo globais são a parte principal do plano estratégico americano nessa área. Mas os EUA também aproximam-se do regime da Nigéria, o quinto maior vendedor de petróleo para os americanos; neste agosto estão programando exercícios conjuntos com os nigerianos justamente na conflituosa e rica região petrolífera do Delta do Níger. Como disse o historiador britânico Eric Hobsbawm, em entrevista publicada pela *Folha de S. Paulo*, Chávez faz parte de um processo de “reação ao fracasso, dramaticamente evidente em alguns casos, da política econômica de livre mercado imposta pelos EUA e pelas agências internacionais sob sua influência, na era do chamado Consenso de Washington”. Ele comanda um regime de “reformistas militares com um apelo direto às classes pobres e trabalhadoras” que, embora não possa ser visto como um modelo alternativo único para a região, “tem encorajado a esquerda de outros países”. E apesar de Chávez não ter, em momento algum, manifestado a intenção de deixar de vender para os americanos – até porque, com a crise que enfrenta e com os preços da *commodity* batendo recordes, não teria o menor interesse em fazê-lo – ele não é considerado alinhado e confiável. ■

Tecnologia

Opção do biodiesel

Energia renovável; e com um projeto social?



Pesquisa ODI

A produção de diesel a partir de fontes renováveis, vegetais e mesmo animais, voltou à discussão no Brasil. No último dia 26 de agosto, a Câmara dos Deputados lançou a primeira edição dos Cadernos de Altos Estudos, com o tema "Biodiesel e Inclusão Social", coordenado pelo deputado federal Ariosto Holanda (PSDB/CE), autor do projeto de lei que torna obrigatória a mistura de 2% a 5% de óleos vegetais ao diesel convencional. O Poder Executivo instituiu, por sua vez, em dezembro de 2003, a Comissão Executiva Interministerial do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. E, em abril de 2004, foi formada a Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel para viabilizar a entrada desse combustível no mercado já em novembro deste ano.

O Brasil foi pioneiro na criação dos conhecimentos necessários para o aproveitamento de óleos vegetais e mesmo animais como combustível. Na esteira da crise do petróleo e do desenvolvimento do álcool combustível para uso em veículos automotores, o governo militar brasileiro fomentou o aproveitamento do biodiesel e do querosene vegetal para aviação. O petróleo era caro e o Brasil dependia, ainda mais do que hoje, da importação desse produto para fazer o diesel convencional para atender a suas necessidades, com pesado ônus para as contas externas. Nesse contexto, já no final da década de 1970, surgiu no país um combustível viável de origem vegetal. Em 1980, o pesquisador José de Sá Parente, da Universidade Federal do Ceará, obteve a primeira patente, em todo o mundo, para um óleo combustível desse tipo. Em 1982, ele conseguiu desenvolver também o querosene vegetal para aviões à jato. Nos anos seguintes, no entanto, o preço do petróleo caiu, foram encontradas novas jazidas em território brasileiro, o interesse pelo combustível renovável de origem vegetal diminuiu, e a busca dessa alternativa no Brasil foi abandonada.

Enquanto a pesquisa do biodiesel no Brasil ficou paralisada, pesquisas semelhantes se aprofundaram na Europa e nos EUA, e a produção de biodiesel cresceu. Já em 2001, a União Européia produzia mais de 850 mil toneladas de biodiesel. Pode-se dizer que o biodiesel é um combustível ecologicamente correto: polui pouco – não emite enxofre, um dos componentes da chuva ácida; pesquisas mostram uma redução de 48% de monóxido de carbono quando se compara a emissão de biodiesel com a resultante

da queima do diesel de petróleo; no caso de materiais particulados – a conhecida fuligem – a redução obtida com o uso do biodiesel é de 26%. Além disso, o biodiesel pode ser adicionado ao diesel de petróleo sem exigir grandes adaptações nos veículos. Também pode ser usado puro, caso em que é necessária a substituição de algumas peças de borracha no motor.

A motivação para a volta do interesse brasileiro pelo assunto, com certeza, é a alta no preço do petróleo e a frágil situação cambial brasileira. O deputado Ariosto Holanda diz que um único hectare de mamona produz, por ano, uma tonelada de sementes que, processadas, geram 450 litros de biodiesel. Ou seja, diz o parlamentar: metade do diesel consumido anualmente no país pode vir dessa fonte vegetal.

Imensa vantagem O Brasil tem uma enorme vantagem competitiva em relação aos demais países que podem produzir biodiesel em larga escala. O cultivo das matérias-primas poderia ser feito em diversos tipos de solo e regiões. Uma série de culturas podem ser usadas para fazer biodiesel: mamona, soja, babaçu, amendoim, algodão, colza, girassol, dendê, canola, entre várias outras. Já se produziu biodiesel a partir de sementes de maracujá, de óleo de peixe, de sebo bovino, de graxa de esgotos e da indústria e mesmo do óleo usado pelas redes de *fast food* para a fritura de hambúrgueres e batatas.

É preciso ver, no entanto, que a produção de biodiesel pode ser estimulada em várias direções, com diferentes resultados sociais. O Proálcool da época dos militares estimulou o cultivo em larga escala de cana-de-açúcar e fortaleceu apenas o agronegócio. Seria preciso buscar outra saída para dar ao empreendimento uma base social maior. Substituir 1% de diesel convencional por biodiesel produzido à base da agricultura familiar poderia gerar cerca de 45 mil empregos no campo, grande parte deles no Nordeste, se o programa tiver essa preocupação, diz Ariosto Holanda. O deputado quer criar uma reserva de mercado que contemple as regiões pobres e desenvolver financiamentos específicos para essa fatia do setor produtivo.

O esforço de renovar o programa do biodiesel brasileiro não é só do governo Lula. No final do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 30 de outubro de 2002, o Ministério de Ciência e Tecnologia criou o Programa Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico do Biodiesel (ProBiodiesel), voltado para a produção a partir da soja e do álcool da cana (etanol). Com isso, o governo vinculava o apoio à pesquisa de combustíveis alternativos à produção do agronegócio que gira ao redor dos produtores de soja e de cana. ■